

## O Brasil nas relações Sul-Sul e na integração regional da América do Sul: *uma agenda de estudo e debate*

**Gustavo Codas**

**NOVEMBRO 2013**

- O fracasso da ALCA e as vicissitudes da integração regional sul-americana são alguns dos muitos sinais de uma mudança na geometria do poder regional e mundial. Testemunham a emergência na região de um ciclo político diferente a tudo o que foi visto em nossa era independente, onde a busca de um novo papel no cenário mundial e na divisão internacional do trabalho são não apenas discursos ou intenções, mas se concretizam em mudanças reais. No entanto, o caminho percorrido pelas experiências concretas não corresponde a nenhum manual prévio, a nenhum roteiro; como nunca, as esquerdas latino-americanas “fizeram caminho ao andar”, como dizia o poeta.
- As dificuldades políticas e econômicas enfrentadas em processos regionais e em vários países com governos progressistas, os frequentes desencontros entre movimentos sociais populares e governos progressistas, as ameaças golpistas, os golpes consumados e as dificuldades eleitorais em disputas acirradíssimas, a depender do país, são todos sinais da necessidade de “pensar de novo” para avançar mais, retomando agora do ponto que a primeira oleada progressista aberta por Chávez em 1998 e catapultada por Lula em 2002 conseguiu alcançar.
- “Pensar de novo” requer uma atualização das estratégias intergovernamentais, dos governos / sociedade civil e na diversidade dos movimentos sociais hoje atuantes. A sistematização das características e projeções das formações socioeconômicas que o progressismo está gestando no século XXI. E identificar quais são os sujeitos históricos da transformação estrutural dos nossos países e nossa região, e qual é o programa histórico que eles têm: quais são, por fim, os sujeitos históricos da transformação atual?



## Índice

---

■ Apresentação .....	03
■ 1. Século XXI, um cenário internacional em mutação .....	04
■ 2. O novo Sul .....	10
■ 3. O Brasil no novo cenário regional e nas relações Sul-Sul .....	12
■ 4. Programa de estudos e debates .....	15
■ Bibliografia .....	17



## ■ Apresentação

**Cena 1:** Cúpula das Américas, Quebec, fevereiro de 2001, uma reunião de chefes de Estado e governo de todos os países do continente (a exceção de Cuba) para avançar nas negociações da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). O governo dos Estados Unidos parecia já tocar com a ponta dos dedos a realização do projeto panamericanista que lançara ainda no final do século XIX e que, cem anos depois, na década de 1990, havia encontrado terreno fértil numa região com governos sob hegemonia neoliberal e já despojados de qualquer veleidade de desenvolvimento com soberania.

“Do lado de fora” da cimeira oficial, na Cúpula dos Povos convocada pela Aliança Social Continental, movimentos sociais de todo o hemisfério manifestavam sua rejeição ao projeto da ALCA. Nesse momento, apenas um dos 35 presidentes, o venezuelano Hugo Chávez, aproximou-se “do lado de fora”, dos movimentos contestatários, para prestar sua solidariedade e colocou, “do lado de dentro” da reunião oficial, objeções ao acordo que vinha sendo negociado desde meados da década anterior.

**Cena 2:** Cúpula das Américas, setembro de 2005, Mar del Plata, Argentina, enterra definitivamente as negociações da ALCA, um tema que sai da agenda hemisférica.

Como foi possível? O que aconteceu para que, em quatro anos, passássemos do isolamento do presidente Chávez junto a seus pares em Quebec ao vexame do presidente Bush em Mar del Plata? Foi a aliança entre o governo Chávez e os governos do

Mercosul o que selou o destino da ALCA. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil em 2002, seguida pela de Néstor Kirchner na Argentina em 2003 e pela de Tabaré Vázquez no Uruguai, com o *aggiornamento* colorado com Nicanor Duarte no Paraguai, eleito nesse mesmo ano, tornaram possível essa proeza. Posteriormente, em 2006, os quatro governos do Mercosul aceitaram o pedido da Venezuela para sua incorporação nesse espaço de integração. Tramitou então a confirmação parlamentar nos quatro países membros. Porém, com a eleição de Lugo no Paraguai em 2008, o partido Colorado passou de proponente (com Nicanor) a oposição ao ingresso da Venezuela, junto com outros partidos da direita parlamentar paraguaia. Para demonstrar toda a complexidade da conjuntura histórica, a Venezuela foi incorporada plenamente ao Mercosul em 2012 graças a que o golpe de Estado parlamentar contra o governo Lugo, de 22 de junho desse ano, fez com que o Paraguai ficasse excluído desse espaço, esterilizando a oposição de sua direita parlamentar à ampliação do Mercosul.

O fracasso da ALCA e as vicissitudes da integração regional sul-americana são alguns dos muitos sinais de uma mudança na geometria do poder regional e mundial. Eles testemunham a emergência na região de um ciclo político diferente de tudo quanto foi visto em nossa era independente, no qual a busca de um novo papel no cenário mundial e na divisão internacional do trabalho são não apenas discursos ou intenções, mas se concretizam em mudanças reais. No entanto, o caminho percorrido pelas experiências concretas não corresponde a nenhum manual prévio, a nenhum roteiro; como nunca, as esquerdas latino-americanas, como dizia o poeta, “fizeram caminho ao andar”.



As dificuldades políticas e econômicas enfrentadas em processos regionais e em vários países com governos progressistas, os frequentes desencontros entre movimentos sociais populares e governos progressistas, as ameaças golpistas, os golpes consumados e as dificuldades eleitorais em disputas acirradíssimas, a depender do país, são todos sinais da necessidade de “pensar de novo” para avançar mais, retomando agora do ponto que a primeira oleada progressista aberta por Chávez em 1998, e catapultada por Lula em 2002, conseguiu alcançar.

Neste texto tentamos identificar “o novo” e propomos uma agenda de estudo e debate que ajude a ação das forças progressistas, dos movimentos sociais populares e dos partidos políticos de esquerda. Não é um documento de conclusões, mas sim de novos pontos de retomada, para continuar o caminho que os movimentos de resistência dos anos de 1990 semearam e os governos progressistas que foram sendo conquistados colheram.

## ■ 1. Século XXI, um cenário internacional em mutação

### Contexto histórico

Se consideramos os duzentos anos de vida independente dos países da América Latina, podemos registrar mudanças substanciais na configuração do cenário internacional. Ponderemos os seguintes aspectos que balizaram esses dois séculos:

- A maior parte das independências latino-americanas (décadas de 1810, 1820) coincide com a ascensão do imperialismo inglês, que chegou a dominar boa

parte do planeta, alcançando entre 1870 e 1913 a consolidação da “velha ordem liberal inglesa” que se expressou na agenda do livre comércio. Nesse cenário, cabia à metrópole produzir bens manufaturados e às periferias coloniais ou semicoloniais, produtos primários (em muitos casos produzidos em sistema de enclave de capitais estrangeiros da metrópole).

- Países como Estados Unidos e Alemanha, que não aderiram à receita do livre comércio no século XIX, surgiram na sequência como potências imperialistas com capacidade de disputar a hegemonia do imperialismo inglês. Foi no “período de transição e turbulências” das duas guerras mundiais (1914-18, 1939-45) que a disputa se resolveu a favor dos Estados Unidos. A ordem econômica mundial sob a hegemonia norte-americana cristalizou-se nos acordos de Bretton Woods, que deram origem e vigência às principais instituições econômicas multilaterais existentes até a atualidade (FMI, Banco Mundial e OMC, herdeira do GATT).

- Porém, no período de pós Segunda Guerra Mundial, a hegemonia norte-americana teve que conviver por longo tempo (até 1991) com a presença do “campo socialista” ao redor da outra superpotência, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

- Em grande parte da Ásia e da África, as três décadas posteriores ao final da II Guerra Mundial foram marcadas pelos processos e lutas pela descolonização e pela libertação nacional.

- As duas guerras mundiais fizeram parte de uma conjuntura que permitiu a países periféricos na América Latina ensaiarem uma nova etapa, que in-



cluía sua industrialização. A contraface política dessa nova etapa foi o nacionalismo/populismo que, com variantes, teve forte presença em diversos países. A política econômica do nacional-populismo, de industrialização por substituição de importações (ISI), teve importantes resultados em países como Brasil, México e Argentina. Sua influência como programa econômico foi além do nacionalismo populista; a ditadura militar brasileira, instalada em 1964 em rechaço ao populismo, após alguma vacilação, seguiu seus passos em matéria econômica, principalmente nos anos 1970. Coincidindo com a “era de ouro” do capitalismo do pós-guerra, em meados do século XX havia uma nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT), que incluía graus variáveis de industrialização na periferia do capitalismo, notadamente na América Latina, com uma expressiva participação de capitais norte-americanos, europeus e japoneses.

- Em meados desse século, tiveram lugar os primeiros ensaios de integração econômica e acordos comerciais amplos na região (ALALC, ALADI), mas faltou vocação política aos governos que os ensaiaram.

- Um “período de transição” entre duas ordens mundiais operou na década de 1970. MADDISON (2001) fixa o ponto de inflexão no início dos anos 70, quando o padrão de câmbio fixo ouro-dólar instituído em Bretton Woods foi abandonado, mantendo porém o dólar como dinheiro universal. É o ponto em que se iniciam as reformas desreguladoras que abrirão espaço para a financeirização da riqueza. Esse cenário ficará completo com o choque da taxa de juros norte-americana e as eleições de

Thatcher na Inglaterra (1979) e Reagan nos EUA (1980), iniciando o período neoliberal.

- O programa que orientara as experiências de industrialização periférica, a ISI, foi posto em questão em função da crise da dívida externa nos anos 1980. Houve uma conversão das elites políticas ao programa neoliberal para cancelar a experiência e o programa econômico anterior. Objetivo proposto e alcançado: abertura comercial em níveis parecidos aos do período do livre comércio propugnado pelo imperialismo inglês no século XIX e, sobretudo, uma abertura da conta de capitais da balança de pagamentos, a livre circulação dos capitais, o novo contexto de liberalização financeira mundial. Adicionalmente, desde o final daquela década, instalou-se toda uma nova agenda vinculada ao controle de tecnologias através de um novo regime de patentes, de interesse prioritário do país que detém o maior número de patentes, os Estados Unidos.

- As duas décadas seguintes tiveram características próprias. A de 1990, em seu início, reunia uma série de fatores:

- a) os EUA instauraram uma era de unilateralismo, aproveitando o desaparecimento da URSS. A primeira guerra contra o Iraque foi seu capítulo inaugural;

- b) auge do neoliberalismo e da globalização. A Organização Mundial do Comércio (OMC) aparecia como sua principal ferramenta institucional;

- c) uma crise política e ideológica das esquerdas no contexto de crise e extinção do socialismo sovi-



ético, que acarretou a “desorganização programática” das forças que defendiam alternativas ao capitalismo. Concomitante à conclusão da experiência do “socialismo realmente existente” (1917-1991), aparece a ideia do “fim da história”, com a coroação do capitalismo com democracia liberal como estação final da história universal, e o “*american way of life*” como ideal de consumo e vida;

**d)** auge das revoluções da microelectrônica, informática e biotecnologia, com rápidas mudanças na base técnica e uma nova DIT (aparece uma industrialização de áreas de tecnologia de ponta em países asiáticos);

**e)** auge da financeirização da riqueza, com a permanência do regime do dólar como dinheiro universal;

**f)** aparecimento da China no horizonte das grandes economias dinâmicas. Isso ocorre após mais de dez anos de reformas econômicas pró capitalistas sob a (nova) orientação do Partido Comunista Chinês, iniciada em 1978 e impulsionada ao longo dos anos 1980.

• Uma década depois, nos anos 2000, o quadro havia mudado em pontos chave:

**a)** desvaneceu-se o sonho dos EUA de impor uma nova ordem internacional por uma via unilateral. Se ainda ensaiara aventuras durante os governos de Bush II, como as guerras contra o Afeganistão e o Iraque, com Obama a crise na Síria já mostra toda a complexidade do jogo de definições e indecisões entre EUA/Europa Ocidental

e Rússia/ China, na ONU e fora dela. Esse novo ciclo de intervenções militares focado em países árabes e muçulmanos retirou relativamente a América Latina das prioridades da política exterior norte-americana. E deixou clara a vigência do caráter marcadamente militar da decisão das principais disputas geopolíticas no mundo;

**b)** desde 1997, com a crise dos tigres asiáticos e a sucessão de crises econômicas que assolaram os mercados regionais e importantes mercados nacionais (1998, Rússia; 1999, Brasil; 2001, Argentina...) até desembocar em 2008 na grande crise do centro do capitalismo (EUA e UE), foi ocorrendo uma perda de legitimidade do programa econômico neoliberal. As elites governantes mundiais ainda não têm um substituto para o neoliberalismo, mas este também não conta com credibilidade para tirar aquelas economias de sua crise;

**c)** estão em curso tendências de mudança do eixo do capitalismo para a Ásia, com a China como carro-chefe, e a emergência de alguns países do antigo Terceiro Mundo numa nova condição, notadamente Índia, Brasil e África do Sul;

**d)** parte da dinâmica econômica mundial tem sido regida pelo encadeamento entre países produtores de matérias primas, industrialização chinesa e consumo americano, que se reflete na elevação dos preços das *commodities* ao longo dos últimos anos;

**e)** a despeito de todas essas mudanças, o regime internacional do dólar continua vigente. Todas as tentativas de substituição por moedas contábeis



ou outras divisas tiveram, até o momento, resultados marginais no comércio e nas finanças mundiais. Dessa forma, todas as mudanças mencionadas acontecem com o pano de fundo de uma hegemonia financeira dos EUA, não contra ela;

- f) crises civilizatórias que estavam há tempos em gestação, manifestaram-se com toda a sua virulência quando combinaram simultaneamente suas dimensões climáticas, energéticas e alimentares.

Os governos progressistas latino-americanos se desenvolveram nesse contexto inédito, utilizando as oportunidades abertas, em termos geopolíticos, pela diminuição da pressão norte-americana na região e, em termos econômicos, pela renda extra gerada pelos preços altos de seus produtos de exportação (*commodities* minerais, agropecuárias, energéticas etc.). Mas, ao mesmo tempo, são herdeiros daquela “desorganização programática” provocada pela crise terminal da experiência socialista do século XX. São governos que definiram seus programas ao calor dos embates políticos, embora guiados por um conceito comum de busca de uma melhor distribuição da renda e de eliminação da pobreza.

### Centro-Periferia no século XXI

Consideremos as seguintes dimensões da globalização, que constituem um todo articulado (GIDDENS, 2000: 95):

- Sistema de Estados nação.
- Ordem militar mundial.
- Economia capitalista mundial.
- Divisão Internacional do Trabalho.

A expressão mais acabada do “sistema de Estados nação” é a Organização das Nações Unidas (ONU), glória e fracasso da tentativa de conformar uma ordem mundial baseada em princípios (e não no exercício do poder das superpotências). Se é verdade que a ONU foi um terreno importante para o avanço da legitimação de “valores universais”, como os Direitos Humanos, ela se mantém, entretanto, como o terreno discricional das potências que emergiram da II Guerra Mundial e que possuem assento permanente em seu Conselho de Segurança e poder de veto sobre suas decisões.

Os recentes eventos da derrocada pela OTAN de Muamar Kadafi na Líbia e a suspensão da intervenção dos Estados Unidos e aliados europeus na Síria contra o governo de Bashar indicam como se joga o jogo. No primeiro caso, a OTAN, diante da inação da Rússia e da China, interpretou segundo sua conveniência uma decisão do Conselho de Segurança para assim promover uma mudança de regime político através de uma intervenção militar estrangeira na Líbia em apoio a insurgentes numa guerra civil. No segundo caso, a negativa da Rússia, acompanhada pela China, interrompeu o curso da repetição dessa experiência por parte dos Estados Unidos com a França na Síria. Ou seja, o jogo do poder político no mundo se joga entre aqueles que têm poder militar.

Nesse sentido, a segunda dimensão da globalização, a da ordem militar mundial, continua inalterada, como demonstram as estatísticas dos gastos militares e da pujança dos complexos industriais-militares dos principais países.



Embora a estrutura continue inalterada, houve, sim, mudanças políticas. A constituição da UNASUL – e de um Conselho de Defesa em seu interior – foi um passo importante para os países da América do Sul. Isso ficou evidente quando os países da região questionaram à administração de Álvaro Uribe, da Colômbia, sua intenção de ampliar os acordos sobre bases militares norte-americanas em seu território, com capacidade de alcançar objetivos fora deste. Essa iniciativa, finalmente, não prosperou também por questões internas à Colômbia, mas ficou claro que a América do Sul estava mudando sua posição dentro do tabuleiro regional. De fato, é possível considerar que o Conselho de Defesa da UNASUL pode vir a substituir, sobre bases totalmente diferentes, de autonomia regional, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR, 1949), pelo qual os países da região ficaram atrelados à estratégia militar e geopolítica dos Estados Unidos. O TIAR entrara em crise em 1982, quando na Guerra das Malvinas o governo norte-americano ficou do lado da Inglaterra, potencia agressora externa à região, e não de seu aliado regional, a Argentina (MONIZ, 2004:403). Morto, mas não sepultado, o TIAR poderia ser deixado de lado agora, com a emergência do espaço da UNASUL. São possibilidades que ainda é preciso construir. Mas, antes do período que estamos tratando, não existiam sequer tais possibilidades.

De qualquer forma, há de se reconhecer que, diante do cenário retratado, não se vislumbra o surgimento de uma resposta por parte dos países que estão fora desse jogo, como foi o Movimento dos Não Alinhados (MNA), criado a partir da Conferência de Bandung de 1956. Se aquele constituiu uma fer-

ramenta importante no processo de descolonização do mundo e uma tentativa de promover “uma nova ordem mundial” (UNCTAD, CEPAL, Prebish...), as forças que o impulsionaram não existem mais: o nacionalismo árabe, a China Comunista que se apartava da URSS, a luta anticolonial africana, o nacionalismo latino-americano etc. Embora o MNA ainda exista formalmente, nos fatos, ele não cumpre nenhum papel relevante na atualidade. E, das plataformas hoje existentes em que participam países da nossa região, como OPEP, UNASUL, CELAC, Mercosul, IBAS (Índia, Brasil, África do Sul), BRICS, apesar da importância que possuem em suas diversas áreas de atuação, nenhuma tem o alcance ou a vocação de ocupar essa função de contestação global à ordem mundial atual. Reconhecemos que a ALBA tem enfrentado essa agenda, mas, por sua composição e alcance reduzidos, sua atuação é ainda testemunhal diante desses grandes embates mundiais.

É nas duas últimas dimensões da globalização onde verificamos mudanças mais substantivas e sobre as quais devemos aprofundar: a estrutura e funcionamento da economia capitalista mundial e a Divisão Internacional do Trabalho.

Se analisamos o período entre o final da II Guerra Mundial e hoje, as mudanças ocorridas são importantes. Mas é preciso dimensioná-las historicamente. Os EUA perderam peso na economia mundial. Existem, entretanto, indicadores que mantêm sua dominância no cenário financeiro. O uso do dólar como reserva de valor, meio de pagamento e de troca no âmbito internacional continua sem contestação relevante.





Para ALBUQUERQUE (2013), estaríamos numa “transição sistêmica”, embora ele lembre que tais processos são complexos e demorados: acompanhando os cálculos de MADDISON (2001:184), temos que os EUA ultrapassaram em tamanho de PIB a Inglaterra nos idos de 1870, mas só alcançaram seu auge quando o dólar se transformou em dinheiro mundial com os acordos de Bretton Woods, em 1945.

*”Ou seja, entre os Estados Unidos se tornarem o maior PIB do mundo (em meados da década de 1870) e a sua moeda transformar-se em dinheiro mundial (expressão da hegemonia construída e reconhecida mundialmente), passaram-se 75 anos (e duas guerras mundiais). Isso pode ser um indicador simples – que evidentemente deve ser tomado com toda cautela – para uma avaliação de quão distante está o capitalismo mundial do fim da atual transição de hegemonia”.*

E os cálculos mais recentes colocam que apenas em 2020 a China ultrapassaria os Estados Unidos em termos de PIB (ALBUQUERQUE, 2013).

O que há, de fato, é a alteração de algumas configurações do capitalismo tal como foi conhecido até os anos 1980 (quando ao auge do modelo de ISI no Brasil e na América Latina seguiu-se uma crise fulminante e terminal que desembocou em sua substituição pelo programa neoliberal). Uma delas é a financeirização da riqueza, promovida pelas administrações norte-americanas a partir do início da década de 1970 com o fim do padrão de conversibilidade dólar-ouro e a sequência de desregulações do mercado financeiro que foram adotadas sucessivamente por boa parte dos países do Ocidente.

A outra é a segunda onda de industrialização que ocorreu na periferia, agora vinculada também à fabricação de produtos de alta tecnologia por parte de países asiáticos.

Há ainda um terceiro elemento, muitas vezes ignorado. Com a queda do “socialismo realmente existente” da URSS e do “campo socialista”, e sua rápida transformação em capitalismo selvagem – depois reconduzido por Putin para um capitalismo controlado por máfias de ex-membros da *nomenklatura* e orientado pelo Estado russo –, simultaneamente à ascensão do capitalismo com características chinesas impulsionado pelo PCChinês, os parâmetros mundiais de valor da força de trabalho mudaram fortemente. Do ponto de vista da história do capitalismo global, devemos entender os anos 1990 como os anos de colonização e penetração capitalista em “áreas verdes” ou virgens, isto é, onde até esse momento regia outro modo de produção (não capitalista), com pelo menos duas consequências: por um lado, foram estabelecidos novos parâmetros que pressionaram os setores operários que durante décadas haviam lutado e conquistado aumentos do valor de sua força de trabalho no Norte do Mundo e no Sul Semi-industrializado; por outro lado, estabeleceu-se uma simbiose entre o capitalismo norte-americano em expansão financeira e controlador de tecnologias e o emergente capitalismo asiático e periférico manufatureiro-industrial e de serviços.

É nesse contexto que o governo brasileiro iniciado em 2003 propõe uma estratégia com ênfase, embora sem exclusivismo, nas relações Sul-Sul e de constituição na América do Sul de uma plataforma produtiva desenvolvimentista a partir da qual atu-



ar no mercado mundial. Alguns autores quiseram ver nessa estratégia a confirmação da tese de Ruy Mauro Marini de um Brasil na condição de sub-imperialismo regional, equiparando a conjuntura dos anos Lula-Dilma (2003-...) aos da ditadura militar (1964-1985). Além de toda analogia histórica em circunstâncias tão diversas em geral distrair mais do que explicar, é bastante óbvio que Marini se referia a “outro Brasil”. Para colocar apenas dois aspectos econômicos da discussão: ele fazia referência a um esquema no qual a superexploração da mão de obra assalariada era a tônica, enquanto que os anos 2000 têm sido no Brasil os da formalização do mercado de trabalho, da melhora substancial do salário mínimo, dos aumentos reais de salários nas negociações coletivas etc. No esquema anterior, o Brasil tenderia a reproduzir com seus vizinhos a mesma relação de comprador de matérias primas e exportador de manufaturas que o imperialismo teve com sua periferia. Já o que se tem visto na política exterior dos governos petistas foi o incentivo à industrialização de seus vizinhos, ligando-os a suas cadeias produtivas ou demandando deles produtos manufaturados (MASI e ROJAS, 2013). Dificilmente possa se considerar que os mornos arroubos de autonomia em relação ao imperialismo americano da ditadura militar (ao reconhecer os governos revolucionários resultantes dos processos de descolonização da África e o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha na década de 1970) podem ser equiparados à política exterior de consolidação do Mercosul com a Venezuela, de constituição da UNASUL e da CELAC, para citar alguns marcos do período presente. O Brasil não parece o sub-imperialismo dos estudos de Marini nos anos 1970; é outra coisa, e é isso o que deve ser analisado e estudado.

## ■ 2. O novo Sul

Independentemente de toda dúvida analítica sobre outras mudanças estruturais, o avanço econômico de países do até agora chamado Sul do mundo é um elemento realmente novo no cenário mundial. Dentro desse fenômeno destaca-se, por seu peso específico e trajetória muito particular, o caso da China (Continental).

O imperialismo norte-americano estimulava a retomada econômica do Japão após a II Guerra Mundial, país que articulou em sua região de influência cadeias produtivas de suas indústrias, bem como a dinamização das economias de Taiwan e Coreia do Sul. Os três faziam parte de uma estratégia para a contenção regional do comunismo soviético (ou chinês) nas décadas de pós II Guerra.

A China, nos últimos anos de Mao Tse Dong e principalmente na era aberta com Deng Xiao Ping, foi vista pelo império americano como uma aliada no cerco à URSS. Assim, seu curso em direção a um capitalismo com características chinesas coincidiu com uma aproximação dos interesses geopolíticos da política exterior norte-americana. Vale lembrar que nesse período a China se aliou aos EUA no apoio a forças político-militares na África, que estava saindo da colonização europeia, contra outras forças pró-soviéticas apoiadas pelos cubanos; e que foi à guerra contra o Vietnã em Camboja, onde esteve junto com os EUA do lado dos... Khmer Rouge! (KISSINGER, 2011).

O fim da Guerra Fria com a extinção da URSS e do “campo socialista” revestiram de um novo sig-



nificado o papel desses países. O fenômeno agora é diverso porque a China se transformou em motor da economia capitalista mundial, fortemente imbricado com a economia norte-americana, ao mesmo tempo em que mantém um alto grau de autonomia em relação à política externa estadunidense, embora de modo geral não a utilize para confrontar esta última fora de sua área regional vital; e outros “tigres asiáticos”, como a Coreia do Sul, ganharam espaços próprios nos circuitos internacionais do capital, mesmo continuando periféricos para a política exterior de Washington.

Simultaneamente, houve movimentos em outros países tendentes a buscar maiores espaços na economia capitalista mundial, seja retomando protagonismos – como no caso da Rússia – ou surgindo com algum papel de destaque regional e/ou internacional em determinados setores econômicos do mercado mundial.

Parece exagerado falar no fim da hegemonia norte-americana, embora os próprios EUA trabalhem essa hipótese muitas vezes com um sentido alarmista e buscando legitimar políticas agressivas de rearmamento e de ativação de seus mecanismos de segurança nacional, com fortes financiamentos para o renovado complexo industrial-militar que agora inclui empresas terceirizadas para a guerra e a espionagem. Como amostra desse enfoque, podemos citar o mencionado por ALBUQUERQUE (2013):

*“Um documento produzido pelo National Intelligence Council (2012, p. iv) pode ser tomado como uma evidência dessas mudanças no cenário mundial: “A difusão do poder entre países terá um impacto dramático até 2030. A*

*Ásia terá ultrapassado a América do Norte e a Europa juntas em termos de poder global, medido segundo o PIB, tamanho da população, gastos militares e investimento em tecnologia. A China sozinha provavelmente terá a maior economia, ultrapassando a dos EUA, poucos anos antes de 2030. Em uma mudança tectônica, a saúde da economia global estará cada vez mais vinculada a como estará o mundo em desenvolvimento – mais do que o Ocidente tradicional.”. Além da China, essa “mudança tectônica” envolve o maior peso dos países periféricos em geral - a “ascensão do Sul”, na análise da UNDP (2013)”.*

Fora do centro capitalista mundial (EUA, Europa Ocidental e Japão), a antiga periferia se move, com a ascensão de alguns países a uma nova condição econômica, de maior desenvolvimento industrial e tecnológico, e com o ensaio de articulação de polos de poder político, sem alinhamento com a política exterior norte-americana.

Alguns espaços institucionais novos conectam esses polos. Citemos dois: o fórum IBAS (Índia, Brasil, África do Sul) e as reuniões BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul). Trata-se de uma geometria muito nova e de relações que ainda devem ser construídas. O impacto político-econômico dessa irrupção daquele que foi o Sul periférico do mundo capitalista pode ser medido pela substituição do antigo G-7 (ou G-8 com a Rússia) pelo G-20.

A política exterior de um país do porte do Brasil necessariamente devia incorporar essas novidades para uma retomada, em outros termos, sob governos progressistas, do que foi a anterior tentativa de uma Política Externa Independente (gov. Jânio-Jango, 1961-64). Se a tônica da política exterior



dos dois governos FHC foi a instrução de “baixar a bola”, a inaugurada pelos governos Lula foi “ativa e ativa” (PATRIOTA, 2013; AMORIM, 2013 na Conferência Nacional “Uma nova política externa”, 2003-2013”).

Poderíamos considerar que há três tabuleiros nos quais jogar ao mesmo tempo: o regional (América do Sul, prioritariamente), o Sul-Sul global (que inclui os polos emergentes) e o das negociações com o centro capitalista (na OMC, prioritariamente).

Nesse complexo de relações, no entanto, a prioridade deve ser a região, porque é nesse âmbito onde é possível construir uma “plataforma comum” que fortaleça as posições nas demais relações (com o Sul global, com o Norte). São possibilidades a construir, vejamos um pouco do que tem ocorrido.

### ■ 3. O Brasil no novo cenário regional e nas relações Sul-Sul

É nesse contexto que surge a nova política externa conduzida por Lula com Amorim e Marco Aurélio Garcia, convergência de um duplo resgate. Por um lado, a retomada da tradição do nacional-desenvolvimentismo incubado (mas aletargado) no Itamaraty, que teve seu ponto alto com a Política Externa Independente de San Tiago Dantas. Por outro lado, a convergência do esforço iniciado por Lula e o PT do Brasil, apoiado decisivamente por Fidel Castro e o PC de Cuba, com a iniciativa do Foro de São Paulo lançada em 1990, para manter um perfil de esquerda e progressista latino-americano vigente no pior momento de refluxo da esquerda mundial, quando a derrocada da URSS e do campo socialista abriu espaço para uma

ofensiva ideológico-política conservadora neoliberal, do “fim da história” e outros relatos de direita.

Esta conjunção foi muito importante porque, por um lado, o nacional-desenvolvimentismo tivera seu eixo principal no Estado, não no povo organizado. É assim que, em 2003, pela primeira vez, o Itamaraty inicia consultas com o “setor privado” não empresarial (o que já ocorria apenas nos espaços do Mercosul, onde a Coordenadora de Centrais Sindicais do Mercosul – CCSCS, liderada no Brasil pela CUT, havia conseguido reconhecimento em espaços institucionais tripartites). Pelo outro, porque o progressismo e a esquerda não haviam valorizado corretamente o legado do nacionalismo populista clássico, já que a nova esquerda dos anos 1980 tinha sido construída, especialmente em São Paulo, em disputa com as heranças políticas e sindicais do populismo (Getúlio, Jango e Brizola). Devemos acrescentar que a nova esquerda brasileira só encontrou-se plenamente com essas forças nacionalistas progressistas nas trincheiras anti-neoliberais dos anos 90.

Foi essa combinação de tradições antigas e novas que lançou a nova política externa brasileira. Vejamos como estava o debate estratégico a essa altura e como resultado do ocorrido na década de 1990.

#### Vias para o desenvolvimento das periferias

Com a chegada das forças progressistas ao governo na América Latina, haviam sido esboçadas as seguintes vias para o desenvolvimento capitalista na periferia do capitalismo global.



**Hipótese 1:** A hipótese conservadora principal foi formulada de maneira precoce pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso e aplicada por ele mesmo quando presidente do Brasil (1995-2002). Em seu seminal estudo realizado junto com o sociólogo chileno Enzo Falleto (terminado em 1965, publicado em 1969) haviam verificado que o sistema imperialista sob a hegemonia norte-americana permitia graus de desenvolvimento de um capitalismo periférico embora dependente do centro imperialista. Destaquemos que FALETTO (2007), em sua obra individual, não assume essa descrição como “programa” a implementar. No Brasil, os anos JK seriam a prova dessa possibilidade. Se bem-sucedido, o Brasil terminaria “desenvolvido” mas “satélite” da política e da economia norte-americana. Mas o projeto FHC realizava-se num ambiente diferente nos anos 1990, com grande abertura comercial em relação ao mercado mundial, desregulação financeira e outros componentes estranhos às experiências anteriores. E não seria capaz de realizar o desenvolvimento capitalista.

**Hipótese 2:** Versão radical da anterior, foi formulada no ambiente político e intelectual do governo Menem, o “realismo periférico”, teorizado por ESCUDÉ (1992) e implementado por seu chanceler Guido Di Tella como a estratégia de “relaciones carnales” com o governo dos EUA. Partindo do reconhecimento de uma ordem hegemonizada pelos EUA, as opções “ótimas” seriam se amoldar a essa ordem, não se opor. A prova estaria na idade de ouro argentina pré-Perón, quando os governos do final do século XIX e início do século XX se alinhavam com o anterior imperialismo inglês, então dominante. A experiência terminou em tragédia em 2001.

**Hipótese 3:** Trata-se de uma hipótese híbrida, implementada com algum êxito em países asiáticos onde, em acordo com o centro imperialista norte-americano e ao amparo de uma forte intervenção estatal (não raro em regimes ditatoriais), desenvolviam-se capitais nacionais com projeção global (como na Coreia do Sul ou Taiwan), o que foi possível principalmente graças a margens mais amplas obtidas na Guerra Fria em função da necessidade de contenção do perigo soviético; nesses países, os interventores norte-americanos impulsionaram até reformas anti-feudais, de distribuição de terras e educação, que na América Latina foram bloqueadas pelo mesmo imperialismo e suas oligarquias locais aliadas (FURTADO, 2013). Esse papel também foi aproveitado pela China de Deng (1978-...), que se aliou a Washington para conter a URSS. Mas aqui, sobretudo no caso da China Continental, observa-se que o papel de um Estado forte lhe reserva ampla capacidade de autonomia ante o centro imperialista, mesmo tendo com ele um grau de imbricação econômica muito alto. Terminada a Guerra Fria em 1991, os graus de liberdade dessas experiências obviamente se ampliaram, por contarem com a autonomia de suas indústrias obtida na fase anterior.

**Hipótese 4:** polos emergentes de projetos emancipadores, no ciclo dos governos progressistas. Esta quarta via tem características que devem ser frisadas. Em primeiro lugar, trata-se de uma aposta regional, como plataforma econômica e política para atuar no cenário global. Há então uma reivindicação que transcende o “interesse nacional”. Porém, diferentemente da União Europeia, procura fazê-lo não como sócio subordinado aos EUA na ordem mundial, mas sim buscando graus de autonomia e perfil próprio.



Um segundo aspecto a destacar nesta via é a volta do Estado como grande articulador da estratégia. Estamos falando, porém, de um escopo muito mais amplo do que o da mera estatização; há planejamento induzido para o setor privado, estímulos, controle e regulação etc. E fortalecimento das empresas públicas, mesmo estas já não sendo mais monopólios em determinado setor.

Mas desta vez trata-se de um Estado democrático, com eleições competitivas, ganhas por blocos políticos liderados por forças progressistas e de esquerda, num diálogo de cooperação e disputa com forças sociais que mantêm um grau elevado de autonomia em relação ao governo. Ou seja, “o sujeito” do processo não é o próprio Estado, mas sim um povo que vai calibrando por vias democráticas o processo de integração regional e inserção internacional.

O terceiro aspecto se refere ao perfil produtivo. Este ciclo progressista foi possível graças à alta dos preços agrícolas, pecuários, minerais e energéticos, em geral *commodities* globalizadas que vêm se valorizando devido à crescente demanda, principalmente asiática, desses produtos. Isto é, o caráter primário de boa parte de suas economias serviu para custear o projeto, embora isso seja temporário e não esteja isento de contradições e perigos.

Há uma busca pela industrialização, ainda que aqui o desenho seja menos claro do que nos casos bem-sucedidos asiáticos. Em países como Brasil, Venezuela e Argentina, que têm pontos de partida mais avançados na matéria, continua sendo um desafio pendente para os tomadores de decisão governamental.

No caso brasileiro, houve uma “complementação”, não necessariamente voluntária, entre o projeto anti-desenvolvimentista de FHC e o novo desenvolvimentismo de Lula e Dilma. Cardoso submeteu a estrutura produtiva a um forte ajuste quando do lançamento do real, ao permitir a valorização da moeda nacional acima da paridade com o dólar num contexto de grande abertura em relação ao comércio mundial.

Parêntese para assinalar um paradoxo: foi nos albores do período neoliberal, durante o governo de Fernando Collor, que se fez o único esforço importante de uma política industrial, quando os trabalhadores metalúrgicos, uma parte da tecnoburocracia do governo e representantes das montadoras multinacionais desenvolveram a Câmara Setorial da Indústria Automotiva, que permitiu ensaiar um ajuste virtuoso na cadeia produtiva no contexto da liberalização comercial provocada pelo governo (OLIVEIRA, 1993). A experiência foi, porém, definitivamente cancelada sob o governo de FHC, pela equipe econômica, que era contrária a esse tipo de intervenções estatais.

Se na era FHC desapareceram setores inteiros da indústria nacional sob a pressão da concorrência internacional e o câmbio supervalorizado, quando Lula assumiu, não tentou fazer a roda da história retroceder. Seu ponto de partida foi a indústria que conseguira sobreviver ao período de FHC. Mas, a partir daí, diversos mecanismos estatais buscaram não apenas promover seu fortalecimento como também a orientaram a procurar nos negócios Sul-Sul um espaço econômico que era menos disputado do que o do comércio com o Norte. Há uma





clara disposição da parte do Estado de “escolher vencedores” que devem ser apoiados e inclusive ajudados na sua internacionalização (para o Sul, buscando mercados; para o Norte, buscando se atualizar tecnologicamente).

A integração regional permite propor projetos para além do “progressismo em um único país”, que fragiliza a estratégia no contexto da globalização. A integração regional parece se constituir na retaguarda estratégica de países que de outra forma seriam assediados, um por um, pelas pressões do mercado mundial, das finanças globalizadas e do imperialismo norte-americano (CODAS, 2006). Por último, é comum ler estudos que assinalam contradições entre “projeto nacional” e “integração regional”, mas elas só se resolvem na prática e caso a caso. É o que explicou o Dr. Aldo Ferrer em sua intervenção na Conferência Nacional “Uma Nova Política Externa, 2003-2013”.

#### ■ 4. Programa de estudos e debates

Há três aspectos fundamentais que os atores populares da sociedade civil devem analisar para cimentar a continuidade de uma estratégia que combina (a) internacionalismo solidário contra o imperialismo, as guerras e a xenofobia; (b) integração regional emancipadora contra o subdesenvolvimento e a dependência; (c) um novo modo de vida e produção que supere as crises civilizatórias provocadas pelo desenvolvimento capitalista tal como o conhecemos; (d) o avanço de uma perspectiva emancipadora na luta antipatriarcal, antirracista e pelo reconhecimento dos direitos dos povos originários e (e) pela radicalização democrática em nossos países

contra as tentativas das “forças do mercado” instituírem o TINA neoliberal (“Não há alternativas”, em suas siglas em inglês).

**Pesquisa 1:** as reais mudanças na estrutura do poder global. Quais foram os espaços abertos para romper com as hegemonias atuais? Quais outros espaços é possível abrir? Quais são as alianças possíveis com os novos polos emergentes? Quais são as novas convergências possíveis entre os movimentos sociais internacionais anti-sistêmicos e o bloco de países de governos progressistas em relação à agenda global? São possíveis novas experiências como foram a Aliança Social Continental e a Campanha Continental contra a ALCA, ou a articulação da rede “Nosso mundo não está à venda” (OWINS, em suas siglas em inglês) nas negociações da OMC? Tanto os governos progressistas latino-americanos como os movimentos sociais de articulação mundial precisam “pensar de novo”, atualizar suas respectivas estratégias intergovernamentais, entre governo e sociedade civil e no interior da diversidade de movimentos sociais internacionais hoje atuantes.

**Pesquisa 2:** qual é a formação socioeconômica que está resultando das transformações nacionais e regional impulsionadas pelos governos progressistas e de esquerda na América do Sul? Os governos progressistas têm promovido uma expansão de um capitalismo de novo tipo em seus países: crescimento econômico com distribuição de renda, com melhoras no mercado de trabalho, com maior presença do Estado, como produtor, regulador e/ou orientador da economia de mercado. Por isso, fala-se em projetos pós neoliberais. Contudo, o Welfare State está em retirada nos principais centros em



que se desenvolveu e as economias asiáticas desprovidas de sistemas de seguridade social ou com sistemas incipientes pressionam sobre os “custos do trabalho” no Ocidente. A aposta pela integração da América do Sul ganhou com os governos do PT uma característica diferente, ao buscar a integração produtiva dos países. Não está claro qual é a combinação de integração regional e mercado mundial que os governos finalmente adotarão. Porém, dois fenômenos novos são de fato importantes: o crescimento das relações intra-regionais e o crescimento das relações Sul-Sul (ou seja, com países que não os da Europa, EUA e Japão). No entanto, o poder tecnológico e os principais mercados de consumo continuam concentrados no Norte, motivo pelo qual a estratégia econômica também deve envolver o acesso aos mesmos. Falta, enfim, sistematizar as características e projeções das formações socioeconômicas que o progressismo está gestando no século XXI.

**Pesquisa 3:** quais são os sujeitos históricos de uma transformação estrutural profunda de nossos países e nossa região e qual é seu programa histórico? Esta questão está vinculada à anterior. Quais são os sujeitos da transformação em curso? Em muitos desses países, têm ganho destaque, espaços de poder e papel econômico as populações camponesas e originárias: que projeto histórico eles refletem ou propõem para a sociedade? Houve avanços da presença de mulheres na política, mas quanto se avançou na superação de padrões patriarcais? Apesar

de que em todos os países o mercado de trabalho tenha melhorado, não houve uma participação proativa do movimento sindical tradicional; inclusive, este tem sido oposição, como a CGT na Argentina mais recentemente e a COB na Bolívia. Em todos os casos, tem crescido uma nova burguesia ou a antiga tem se reciclado, à sombra da ação estatal, a contrapelo do mercado mundial: quem são e o que querem? Que projeto de país eles defendem? Finalmente, todos os processos progressistas têm se financiado com os excedentes gerados por atividades extrativistas minerais, agropecuárias, energéticas etc., de modo geral enfrentadas pelos movimentos ambientalistas e pela defesa territorial de populações tradicionais (indígenas, quilombolas, mestiças). Esta contradição tem assumido níveis elevados de tensão nos últimos tempos, embora esses governos sejam muito mais receptivos a temas ambientais do que os da direita. Há possibilidade de estabelecer “nossos parâmetros” do que seria um extrativismo aceitável?

O grande desafio que esses processos enfrentam em nossa região é, colocando-o nos termos usados por Marilena Chaui em janeiro de 2013 num debate no Instituto Lula, se o “sujeito” das transformações progressistas será finalmente o Estado, como em tempos de nacionalismo populista, ou os setores sociais populares organizados, como em nossa utopia nas lutas que promoveram a queda das ditaduras militares nos anos 80 e iniciaram a construção de nossas democracias.





## ■ Bibliografia

---

- ALBUQUERQUE, E. Motta. (2013) **“Notas sobre a crise de 2008 : transição para uma nova fase do capitalismo?”** Belo Horizonte : UFMG/ CEDEPLAR (Texto para discussão, 498)
- AMORIM, C. (2013). **Breves narrativas diplomáticas.** São Paulo: Benvirá.
- AMSDEN, A. (2009) **A ascensão do “resto”, Os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia.** S.Paulo: Ed. UNESP
- ARCE, G. (2013) **La economía mundial en el Siglo XXI.** Montevideo: FCU.
- BERNAL-MEZA, R. (2005) **América Latina en el mundo: el pensamiento latinoamericano y la teoría de las relaciones internacionales.** Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.
- CARDOSO, A. F. (2006). “Política Externa e Desenvolvimento Nacional: por onde vai o governo Lula?”. In: [http://www.pucsp.br/neamp/artigos/artigo\\_44.html](http://www.pucsp.br/neamp/artigos/artigo_44.html)
- CARDOSO, F.H. (2010). **Relembrando o que escrevi. Da reconquista da democracia aos desafios globais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (a 1/10/2013)
- \_\_\_\_\_ (2010). **Xadrez Internacional e social-democracia.** São Paulo: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (2012). **A soma e o resto. Um olhar sobre a vida aos 80 anos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ e E. FALETTO (2011). **Dependencia y desarrollo en América Latina. Ensayo de interpretación sociológica.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Ed.
- CHANG, H-J. (2008). **Maus samaritanos. O mito do livre-comércio e o a história secreta do capitalismo.** Rio de Janeiro: Elsevier.
- CODAS, G. (2006). “América Latina: integración regional y luchas de emancipación”. In: <http://www.contextolatinoamericano.com/articulos/america-latina-integracion-regional-y-luchas-de-emancipacion/>
- CRUZ, S.C.V. (2004). **Globalização, democracia e ordem internacional. Ensaio de teoria e história.** Campinas: Ed. Unicamp / São Paulo: Ed. UNESP
- DEL VECCHIO, A. (org.) (2010). **Política internacional e Hegemonia: Brasil e Estados Unidos no contexto da globalização.** São Paulo: Ed. Sociologia e Política.
- ESCUDE, C. (1992). **Realismo periférico: fundamentos para la nueva política exterior argentina.** Buenos Aires: Planeta.



- FALETTO, E. (2007). **Dimensiones sociales, políticas y culturales del desarrollo. Antología.** Selección e introducción de M.A. Garretón. Santiago de Chile: Catalonia.
- FURTADO, C. (2013). **Essencial Celso Furtado.** Organização, apresentação e notas de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Penguin / Companhia das Letras.
- GIDDENS, A. (2000). "The globalizing of modernity". In: HELD, D. y A. MCGREW (eds.) (2000). **The Global Transformations Reader.** Cambridge: Polity Press.
- GOMES, R. (2006). **Empresas transnacionais e internacionalização da P&D.** São Paulo: Ed. UNESP.
- JENKINS, R.O. (1981). "Industrialización dependiente en la América Latina". In: FAJNZYLBER, F. (comp.) (1981). **Industrialización e internacionalización en la América Latina.** México: FCE.
- HOUTART, F. (2002). "Los NICs: «modelos» para (des)armar". Revista Temas. no. 29: 53-59, abril-junio. Cuba.
- IANONI, M. (2013). "Autonomia do Estado e desenvolvimento no capitalismo democrático". Revista de Economia Política, vol. 33 (4), outubro/ dezembro.
- LEIS, H.R. y E. VIOLA (2008). **América del Sur en el mundo de las democracias de mercado.** Rosario: Homo Sapiens Ed.
- KISSINGER, H. (2011). **Sobre a China.** São Paulo: Ed. Objetiva
- LUCE, M.S. (2007) **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007).** Porto Alegre: UFRGS
- MADDISON, A. (1992). **La economía mundial en el siglo XX. Rendimiento y política en Asia, América Latina, la URSS y los países de la OCDE.** México: FCE.
- \_\_\_\_\_ (2001) **The World Economy. A millennial perspective.** Paris: OECD Development Centre Studies.
- MASI, F. y G. ROJAS (2013). "Mercosur: Los pequeños se inclinan hacia el Brasil". In: <http://www.cadep.org.py/uploads/2013/05/articuloFM-GRC-pequenosbrasil-full-color.pdf>
- MARINI, R.M. (1977). "La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo" Tomado de Cuadernos Políticos n. 12, Ediciones Era, México, abril-junio de 1977. <http://www.marini-escritos.unam.mx>
- MEDEIROS, C.A (2012). "Problemas de industrialização avançada em capitalismo tardios e periféricos: trinta anos depois". In: PRADO, L.C.D (2012). **Desenvolvimento econômico e crise. Ensaio em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares.** Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado.
- MELLO, A.C. ET ALLII. (2012). "Motivações e impactos da internacionalização de empresas: um



estudo de múltiplos casos na indústria brasileira”.  
IN: Revista do BNDES, n.38. Dezembro

MF (Ministério da Fazenda) (2010). **Economia Brasileira em Perspectiva 2010**. Brasília: Ministério da Fazenda.

MONIZ BANDEIRA, L.A. (2004 ) **Argentina, Brasil y Estados Unidos. De la Triple Alianza al Mercosur**. Buenos Aires: Grupo Ed. Norma.

MORAES, R.C. (2006). **Estado, desenvolvimento e globalização**. São Paulo: Ed. UNESP>

OLIVEIRA, F. (1993) “Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras”. In: [http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/70/20080625\\_quanto\\_melhor\\_melhor.pdf](http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/70/20080625_quanto_melhor_melhor.pdf) (acceso el 1/10/2013)

OLIVEIRA JR., M (org) (2010). **Multinacionais brasileiras: Internacionalização, Inovação e Estratégia Global**. São Paulo: Bookman.

PEREIRA, L. V. “A ‘nova onda de regionalismo’: uma reflexão sobre a agenda brasileira”. Mural Internacional. Ano IV. No 1. Junho 2013

RUSSELL, R. y J. G. TOKATLIAN (2003). **El lugar de Brasil en la política exterior argentina**. Buenos Aires: FCE

SADER, E. (1996). “Nós que amávamos tanto o capital - fragmentos para a história de uma geração”. Revista Praga Revista de Estudos Marxistas. No. 1. São Paulo: Ed. Boitempo. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222005000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222005000200008&script=sci_arttext)

TOUSSAINT, E. (2007). “Corea del Sur : el milagro desenmascarado”. Revista Oikos: Revista de la Escuela de Administración y Economía. No 22. In: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2292782>

VARIOS (1982). **Diálogo Norte-Sur. Balance crítico y perspectivas**. México: Ed. Nueva Imagen.

## Videos

Conferencia Nacional “Uma nova política externa 2003-2013”. Julio 2013.

Intervenciones de los ministros brasileiros Antonio Patriota y Celso Amorin, y del embajador argentino Aldo Ferrer. Disponibles en <http://www.conferenciapoliticaexterna.org.br>

**Autor**

**Gustavo Codas**, Paraguaio, Mestre em Relações Internacionais, Ex-assessor internacional da Presidência do Paraguai, Governo Fernando Lugo

**Responsável**

**Friedrich Ebert Stiftung (FES) Brasil**  
**Av. Paulista, 2011 - 13° andar, conj. 1313**  
**01311 -931 | São Paulo | SP | Brasil**

**Gonzalo Berron**  
**fesbrasil@fes.org.br**  
**www.fes.org.br**

**Friedrich Ebert Stiftung (FES)**

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. Realiza atividades na Alemanha e no exterior, através de programas de formação política e de cooperação internacional. A FES conta com 18 escritórios na América Latina e organiza atividades em Cuba, Haiti e Paraguai, implementadas pelos escritórios dos países vizinhos.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Fundação Friedrich Ebert.

O uso comercial dos meios publicados pela Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) não é permitido sem a autorização por escrito da FES.

ISBN 978-85-99138-26-7



9 788599 138267